



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE ECONOMIA – IE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA - DTE

Marina Cassinelli Marques

AVALIAÇÃO DA SUBESTIMAÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL

**Campinas
2012**

Marina Cassinelli Marques

AVALIAÇÃO DA SUBESTIMAÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação do Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação
do(a) Prof.(a) Dr.(a) Alexandre Gori Maia

**Campinas
2012**

**Para Raquel e Clayton, meus pais, meus amigos,
meus exemplos, meu alicerce.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Alexandre Gori Maia pela orientação nesse trabalho, por seu apoio e dedicação que me levaram ao desenvolvimento do mesmo.

A minha família, por me apoiar em todos os momentos e me inspirar a alcançar meus objetivos e sonhos.

Aos meus amigos, por tornarem minha vida mais leve e alegre.

Campinas

2012

Marques, Marina Cassinelli. Avaliação da Subestimação da Desigualdade no Brasil. 2012. 42. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

AVALIAÇÃO DA SUBESTIMAÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL

RESUMO

Apesar da desigualdade de renda no Brasil contar com vasta literatura, há poucos estudos que abordem a subestimação ou sobrestimação da desigualdade devido às limitações quanto à mensuração da renda pelas pesquisas domiciliares. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é investigar a aferição da desigualdade de renda dos domicílios do Brasil e das cinco grandes regiões brasileiras. Buscou-se primeiramente avaliar a magnitude da subestimação da renda domiciliar *per capita* pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2008 em comparação com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. Em seguida, foi analisado o impacto líquido da subestimação de diferentes fontes de renda entre os mais ricos e os mais pobres sobre a desigualdade.

Palavras-chave: desigualdade, renda, subestimação, pesquisas domiciliares.

ABSTRACT

Although there is broad literature about the inequality of income in Brazil, there are few studies that investigate the underestimation or overestimation of the inequality due to the limitation of domiciliary surveys' income measurement. This paper aims to investigate the household income inequality for Brazil and the Brazilian main regions. Firstly, the magnitude of the household income *per capita* underestimation by Pnad was evaluated, in comparison to the Household Expenditure Survey (POF). Secondly, the liquid impact of the underestimation of income by the poorest and the richest on the inequality was analyzed.

Keywords: Inequality, income, underestimation, domiciliary surveys.

SUMÁRIO

1.	A DESIGUALDADE NO BRASIL	1
	1.1. Introdução.....	1
	1.2. Medidas de desigualdade	1
	1.3. O estudo da desigualdade no Brasil	3
	1.4. As pesquisas domiciliares e a mensuração da desigualdade	7
2.	PNAD Vs POF	10
	2.1. Dados.....	10
	2.2. Composição da RDPC das famílias.....	14
	2.3. O hiato de RDPC.....	17
	2.4. Impacto do hiato de renda sobre a desigualdade	19
3.	PNAD Vs POF POR REGIÕES	20
	3.1. O hiato de RDPC por regiões	20
	3.2. Impacto do hiato de renda para a desigualdade das regiões	26
4.	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
	APÊNDICE	34

1. A DESIGUALDADE NO BRASIL

1.1. Introdução

O Brasil alcançou em dezembro de 2011 o sexto lugar no ranking das maiores economias do mundo levando em conta o Produto Interno Bruto, segundo o *Centre for Economics and Business Research* (CEBR). Apesar de o Brasil não ser pobre, abriga um enorme contingente de pessoas pobres. Uma vez que o montante de recursos supostamente é suficiente para garantir o mínimo a todos, a parcela significativa de brasileiros abaixo da linha de pobreza se deve à má distribuição dos recursos disponíveis.

O Estado nacional tampouco assegura a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, para reduzir os efeitos dessa realidade. A redução da pobreza depende não só do crescimento da renda, como também da melhora de sua distribuição (Barros e Mendonça, 1997).

A desigualdade de rendimentos brasileira vem sendo alvo de inúmeros trabalhos ao longo das últimas décadas, abordando os determinantes e a dinâmica da desigualdade de renda e consumo no país. O debate continua forte nesses últimos anos, desta vez envolvendo o fenômeno de aparente queda da desigualdade de renda.

Entre 2005 e 2009, o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* caiu de 0,532 para 0,509. Mesmo com a queda, a distribuição de renda brasileira é muito deficiente e continuamos entre os países com pior grau de desigualdade do mundo. É crucial que a desigualdade continue declinando para que haja incrementos da qualidade de vida das camadas menos favorecidas e mais igualdade de condições entre pobres e ricos.

1.2. Medidas de desigualdade

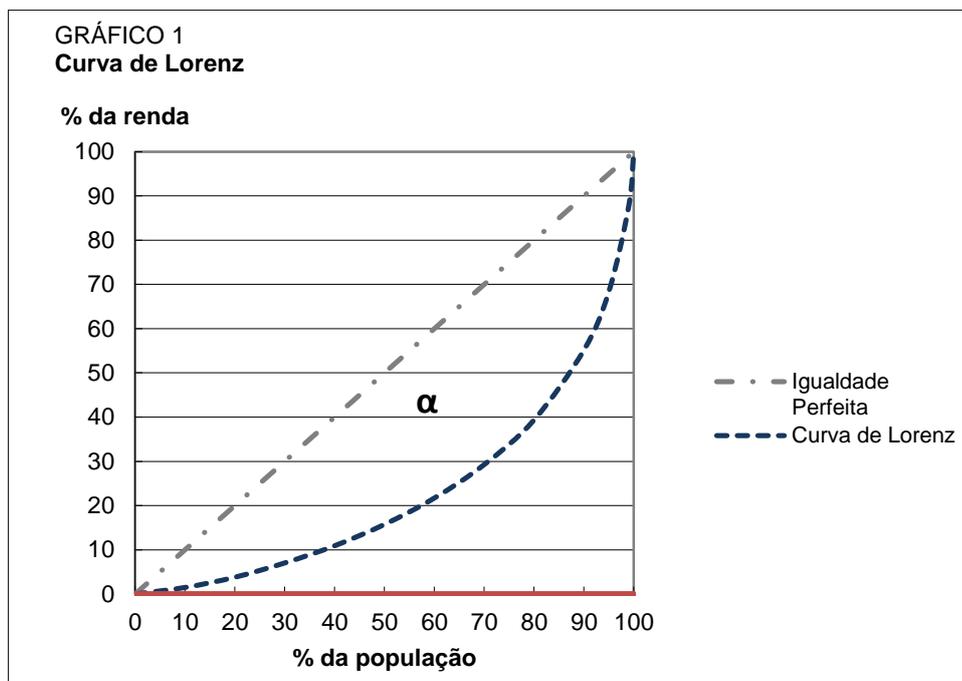
Quando se tem objetivo de capturar as condições de vida das pessoas, a melhor forma de mensurar a desigualdade é através da renda domiciliar *per capita*, já que os membros de um domicílio compartilham a renda total (HOFFMANN, 2000). A renda domiciliar *per capita* é dada por:

$$y_j = \frac{1}{n_j} \sum_{i \in \omega_j} x_i$$

O número de pessoas na família j é n_j , o conjunto de membros na família j é ω_j e x_i é a renda pessoal de um indivíduo i residente no domicílio. A partir daqui, quando o conceito de desigualdade de renda for utilizado nesse estudo, a referência é a renda domiciliar *per capita*, em critério de simplificação.

Há uma ampla variedade de formas de se captar as diferenças de renda que causam a desigualdade através de um indicador. O indicador mais utilizado na tradição de pesquisa da desigualdade é definitivamente o coeficiente de Gini, mas há outras medidas muito utilizadas também, como o Theil-T, razão entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, entre outras.

O índice de Gini é obtido através da curva de Lorenz. A curva estabelece a relação entre $F(x)$, distribuição acumulada da população com renda igual ou inferior a x e $q(x)$ a parcela da renda detida por essas pessoas (Gráfico 1).



Fonte: Elaboração própria

O índice de Gini (G) é o quociente entre a área de desigualdade e o valor deste limite: $G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha$. O Índice de Gini varia entre perfeita igualdade, com valor igual a zero, à desigualdade, em valor próximo a um.

O índice T de Theil é definido por:

$$T_t = (1/N) \sum_{i=1}^n (Y_i/\mu) \log (Y_i/\mu)$$

Y_i é a renda da i -ésima pessoa, $\mu = (1/n) \sum_{i=1}^n y_i$ é a renda média e N é a quantidade de pessoas. O Índice de Theil, assim como o índice de Gini, varia entre perfeita igualdade, com valor igual a zero, à desigualdade, em valor próximo a um. O índice é mais sensível em relação a mudanças na cauda direita da distribuição.

Outras medidas utilizadas para estimar a desigualdade e a evolução desta ao longo do tempo são: i) Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres; ii) Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres; iii) Renda média e mediana.

1.3. O estudo da desigualdade no Brasil

Os primeiros estudos sobre o tema documentam o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970, acompanhado do crescimento observado no período Milagre Econômico de taxas médias de 10% ao ano. Hoffmann e Duarte (1971 e 1972) verificaram aumento da desigualdade de distribuição de renda durante a década de 70, baseados nos dados dos Censos Demográficos e constataram o aumento do índice de Gini de 0,49 em 1960 para 0,57 em 1970. Tanto esses trabalhos quanto o de Fishlow (1972), explicam o aumento da desigualdade com as mudanças nas rendas relativas, devido à intervenção no mercado de trabalho pelo regime militar e o arrocho salarial.

O reajuste dos salários nominais do setor privado era feito através da média dos salários reais nos passados 24 meses mais estimativas da produtividade passada e da inflação futura. A inflação utilizada para o reajuste era subestimada pelo governo, causando perdas salariais. A análise de Sabóia (2000) mostrou que só os salários gerenciais cresceram acima da produtividade, enquanto os salários de produção cresceram abaixo.

Passa a haver um consenso de que realmente houve aumento da concentração durante esse período em questão com o estudo de Langoni (1973). O autor explica a desigualdade com o forte crescimento da economia e o impacto disso sobre a mudança da composição da força de trabalho por região, sexo, setor e escolaridade e o aumento da remuneração relativa do trabalho mais qualificada. O crescimento do setor industrial gera demanda por mão de obra qualificada, o que leva ao aumento dos salários relativos desse grupo. A reversão do processo se daria com investimentos no setor educacional. Nota-se, no entanto, que o crescimento contudente da desigualdade se estende até 1976.

Após um período de elevação entre 1960 e 1976 e o subsequente declínio no período 1976-1981, a desigualdade de renda brasileira retomou a tendência de elevação a partir de 1981. Esse período de elevação se estendeu até 1989, quando a desigualdade brasileira atingiu seu ponto máximo. A partir de então, se seguiram quatro anos de instabilidade e oscilações significativas até 1993, quando teve início um período de queda quase que contínua das medidas de desigualdade (FERREIRA et al., 2006, p. 165)

Segundo o autor, o aumento da desigualdade se deve às diferenças entre grupos educacionais, causadas pela expansão da educação da força de trabalho e à inflação elevada, levando à transferência de renda a favor aos estratos superiores da distribuição.

Em 1994, o Brasil inaugurou o Plano Real, com uma queda quase sucessiva dos indicadores de desigualdade e mudanças significativas para os brasileiros.. O Plano Real e o fim da indexação contribuiu muito para isso, com a maior estabilidade de preços favorecendo a camada mais pobre da população. Outros fatores apontados no estudo são a redução da desigualdade entre os grupos educacionais, redução das diferenças entre áreas urbanas e rurais e políticas de transferência governamentais.

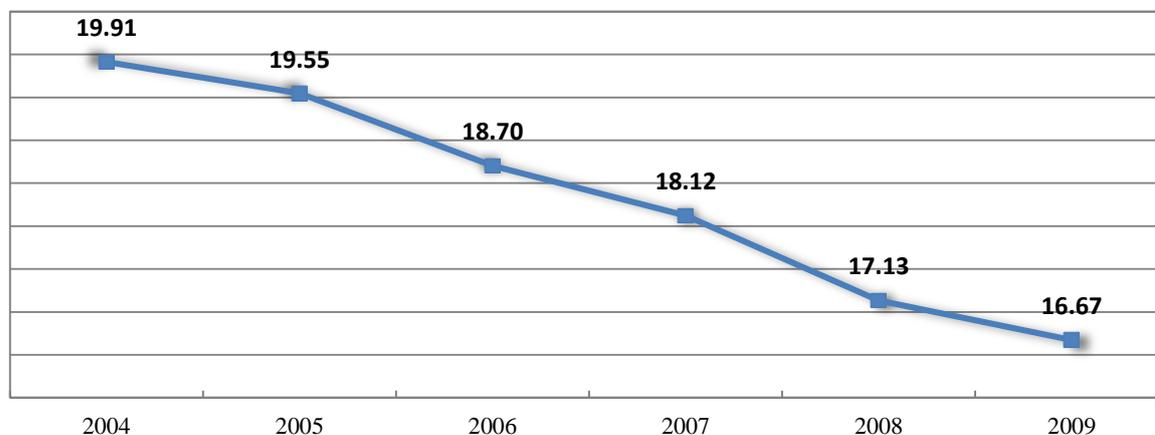
No que tange os anos 2000, pode-se observar um aumento da renda domiciliar *per capita* e redução expressiva da desigualdade de renda e proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza, segundo dados da Pnad (2009). O percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza – o dobro da linha de extrema pobreza – caiu de 35,17% em 2001 para 21,42% em 2009, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Já o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* cai de 0,594 para 0,539 entre 2001 e 2009.

Outros indicadores de desigualdade apontam no mesmo sentido. O índice T de Theil diminuiu de 0,720 para 0,634 neste mesmo período (HOFFMANN, 2008). Em 2001, a porcentagem de renda apropriada pelo 1% mais ricos era de 13,8%, maior que a porcentagem de renda apropriada pelos 50% mais pobres, equivalente a 12,7% da renda total. Isto se altera em 2006, quando o 1% mais rico passou a dispor de 12,6% e os 50% mais pobres de 14,7% da renda. Podemos observar a constante diminuição da concentração através do gráfico 2, que mostra a evolução das diferenças entre a porcentagem de apropriação da renda total dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres.

GRÁFICO 2

Diferencial entre o rendimento médio mensal familiar per capita das famílias dos 10% mais ricos em relação às famílias dos 40% mais pobres Brasil - 2004-2009

10% mais ricos /40% mais pobres



Fonte: Ipeadata.

A desconcentração atingiu o menor nível das últimas três décadas, fato que suscitou inúmeros trabalhos sobre o tema. Estes se dividem basicamente entre aqueles que mensuram a queda de desigualdade e o impacto disso sobre as condições e melhoria de vida da população e os que buscam entender os determinantes dessa queda.

Barros et al. (2009) adicionam importante contribuição sobre o tema e apresentam em seu trabalho as duas vertentes do estudo, estimando a recente queda da desigualdade brasileira e seu papel na diminuição da pobreza e buscando identificar as causas deste movimento. O fator determinante da desigualdade de renda para ele é a interação das forças de mercado, políticas públicas e ação das instituições reguladoras.

Os autores concluem que a recente desconcentração, portanto, veio *i)* do aumento das transferências governamentais e programas oficiais de auxílio, como Bolsa Família, *ii)* da diminuição dos diferenciais de salário por nível educacional e redução da desigualdade na educação, devido a melhorias ao acesso à educação e *iii)* da integração espacial e setorial dos mercados de trabalho, principalmente entre áreas metropolitanas e não metropolitanas.

Além do volume das transferências houve melhoria na cobertura e concentração de atendimento dos mais necessitados, contribuindo para a diminuição da desigualdade. Quanto à queda da diminuição dos diferenciais de salários, esta se deve ao declínio da desigualdade de educação da força de trabalho. Além disso, vem caindo as variações de salário dentro de um mesmo nível educacional (BARROS, 2009).

Ainda segundo Barros et al. (2009), o terceiro determinante da queda da desigualdade diz respeito às desigualdades espaciais, sendo elas divididas entre regionais, desigualdades entre cidades metropolitanas e não metropolitanas e entre áreas rurais e urbanas. A desigualdade regional contém ainda dois componentes principais: i) desigualdade dentro de cada região (entre indivíduos que residem em uma mesma região); ii) desigualdade entre regiões (diferenças entre os rendimentos médios de cada região).

Barros et al. (2009) concluem que houve melhorias em educação em regiões não metropolitanas, o que ajudou com que uma parte da economia se movesse para essas áreas. Outro ponto de estímulo foi a maior parcela dos gastos públicos fora das regiões metropolitanas, incluindo programas assistenciais, estimulando outros mercados e promovendo maior integração nacional.

Vale ressaltar que atualmente no Brasil existem diferenças profundas entre o rendimento das regiões, com grande influência na desigualdade de distribuição de renda no Brasil. Para o Brasil observamos uma tendência de queda na última década, seu índice de Gini de 2009 foi de 0.509, uma redução de 4% em comparação com o índice de 2005. O Sudeste foi a região que mais contribuiu para isso, com 6% de queda, apesar de todas regiões terem avançado na mesma direção. Entre 2005 e 2009, o Nordeste e Centro-Oeste são as regiões de maior desigualdade (Tabela 1).

TABELA 1
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento, por Grandes Regiões - 2004-2009

Ano	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2005	0.532	0.497	0.535	0.514	0.491	0.552
2006	0.528	0.491	0.539	0.510	0.486	0.543
2007	0.521	0.498	0.527	0.498	0.484	0.552
2008	0.514	0.477	0.525	0.490	0.476	0.548
2009	0.509	0.491	0.523	0.485	0.470	0.537

Fonte: IBGE, Pnad 2004-2009.

Nota: Exclusive as informações dos domicílios sem declaração de rendimento domiciliar.

Hoffmann (2000) prova, no entanto, que a desigualdade entre as regiões é menor que a desigualdade dentro de cada uma delas. O autor decompõe o valor do T de Theil do Brasil (0,749) em duas parcelas: *i*) uma relativa à desigualdade dentro das regiões, 0,682 (média ponderada dos índices Theil-T para cada região com fator de ponderação pela renda total de

cada região) e a segunda *ii*) referente à desigualdade entre as regiões, 0,067. Ainda assim, há espaço para promover políticas públicas destinadas a diminuir a desigualdade inter regional, com oportunidades de diminuição do nível de desigualdade nacional.

Mesmo com a acentuada queda da concentração, é necessário que haja continuidade neste movimento, já que ainda não saímos de um quadro de extrema desigualdade.

1.4. As pesquisas domiciliares e a mensuração da desigualdade

Há várias formas de se captar a desigualdade entre as famílias em um país: através de variáveis como a renda, consumo, patrimônio, rendimentos não monetários. Quando se enfocam na desigualdade da renda, os estudos nacionais das últimas décadas baseiam-se em sua maioria na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada anualmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A Pnad tem conceituada qualidade metodológica, mas apresenta limitações na mensuração da renda, como aponta Dedecca (2004, p. 12):

Em geral, as pesquisas domiciliares captam muito pouco das rendas de propriedade, apresentando resultados basicamente para as formas de renda do trabalho e de aposentadoria. Mesmo os rendimentos de gestão da atividade econômica – pró-labore – apresentam baixa incidência nas pesquisas domiciliares. Portanto, os estudos sobre distribuição de renda, mesmo quando consideram todos os tipos de rendimentos captados pelas pesquisas domiciliares, expressam principalmente o perfil da renda do trabalho, que, na maioria das vezes, representa cerca de 90% do total de rendimentos mensurados.

Atualmente, a Pnad considera diversos tipos de rendimentos, que podem ser agregados em três grupos principais: trabalho principal, outros trabalhos e outras fontes de rendimentos. Por ser feita mediante a declaração dos próprios indivíduos, assim como outras pesquisas domiciliares, ela apresenta dificuldade de captação de algumas fontes de rendimento, seja por omissão ou esquecimento dos entrevistados, ou até mesmo por questões metodológicas. O primeiro impacto é a subestimação do total agregado da renda das famílias.

Barros, Cury e Ulysea (2007) fazem uma análise comparativa das informações da Pnad com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e o Sistema de Contas Nacionais (SCN), investigando se existe subestimação da renda pela Pnad e seu impacto potencial sobre

a estimação da desigualdade. A POF tem o consumo como unidade básica de investigação e apresenta perfil mais detalhado e abrangente da renda que a Pnad. Já o SCN tem a consolidação dos agregados macroeconômicos e melhor estimativa da renda total das famílias.

Para fazer a comparação, eles constroem um agregado baseado no SCN minimizando diferenças conceituais com a POF e PNAD. A conclusão é que a renda estimada pela POF equivale à estimada pelas contas nacionais, que por sua vez é aproximadamente 27% superior à da PNAD (excluindo retiradas do PIS/PASEP e FGTS da renda da POF). Apesar das estimações com base na POF e SCN serem praticamente iguais, apresentam composições de renda distintas. A principal diferença é observada na participação da renda do trabalho na renda total, que corresponde a 45% no SCN e 67% nas duas outras pesquisas domiciliares. Isto se deve ao fato de que o SCN subestima o total de pessoas ocupadas.

O hiato de renda apresentado entre a POF e a PNAD se deve principalmente às transferências de renda, renda do trabalho e renda de ativos. O que explica boa parte das diferenças entre as estimativas de transferência de renda e renda de trabalho entre as pesquisas é a computação de rendimentos eventuais e do fluxo real de bens e serviços sem contrapartida monetária pela POF, ao contrário da PNAD (BARROS, 2007). Quanto à renda dos ativos, a estimativa da POF desta parcela da renda é quase três vezes maior que a da PNAD.

Em teoria, a subdeclaração de renda da parcela mais rica da população em sua maioria deve-se a não declaração da renda dos ativos. Já os mais pobres, no entanto, deixam de declarar as rendas não monetárias e eventuais, como 13^a salário, seguro desemprego (BARROS, 2007).

É certo que o grau de subdeclaração varia de acordo com o tipo de rendimento, muito elevado no caso de juros e dividendos e menor no caso de aposentadorias. Tanto os rendimentos dos mais pobres, quanto o dos mais ricos estão subestimados na PNAD, mas faz-se necessário verificar se isso acontece desproporcionalmente para algum dos lados. É certo que o grau de subdeclaração varia de acordo com o tipo de rendimento, muito elevado no caso de juros e dividendos e menor no caso de aposentadorias.

A partir do momento que a subdeclaração de renda dos mais ricos acontece em uma proporção maior que a subdeclaração de renda dos mais pobres, como tradicionalmente se argumenta, o impacto líquido seria a subestimação da desigualdade de renda. As limitações das pesquisas domiciliares poderiam, portanto, implicar em subestimação da renda total das famílias, com impacto ou não na aferição do grau de desigualdade de renda no Brasil. No

entanto, se o grau de subestimação da renda entre os mais ricos e mais pobres for o mesmo, a subdeclaração de renda não teria efeito sobre a estimativa da desigualdade.

Outro ponto importante a ser considerado é que se a subdeclaração de renda afetar a aferição do nível de desigualdade, não necessariamente vai afetar a evolução da estimativa da desigualdade em um período de tempo. Para que isso venha a acontecer, devem haver mudanças na proporção de subdeclaração dos mais ricos ou dos mais pobres em relação à renda total. Se a proporção da subdeclaração de renda dos mais ricos e dos mais pobres se mantiver a mesma, não deveriam haver mudanças nas estimativas de variação da desigualdade ao longo do tempo.

A segunda conclusão de Barros, Cury e Ulyssea (2007) é que a desigualdade estimada pela POF e PNAD é praticamente a mesma para o período 2002-2003, medida pelo coeficiente de Gini, indicando que na PNAD do período em questão, os mais ricos e os mais pobres subdeclaram a renda na mesma proporção. Para comparação entre a PNAD e o SCN, foi feita uma simulação da inclusão das rendas do SCN e POF que não são captadas pela PNAD, relacionadas às rendas de transferências, do trabalho e dos ativos, como explicado anteriormente e o grau de subestimação da PNAD em relação ao SCN seria baixo, em até 2%. A simulação não foi feita pelos pesquisadores para outros anos, porque no momento em que o estudo foi realizado, a POF 2002-2003 havia sido a única pesquisa em escala nacional dos últimos vinte anos.

Outro trabalho no mesmo sentido é o de Barros, Mendonça e Neri (1995), que também buscou entender se há subestimação da desigualdade através da POF 1987/88 e PNAD (1987) para São Paulo e Recife. Os autores obtiveram diferenças muito pequenas na mensuração da desigualdade com ambas as pesquisas.

No período de maio de 2008 a maio de 2009, o IBGE realizou a POF 2008-2009. A coleta da pesquisa foi realizada nas áreas urbana e rural em todo o território brasileiro. Desta forma, surge a possibilidade de reaplicar a investigação deste problema através da POF 2008-2009, comparando-a com a PNAD 2008. A abordagem que será realizada no presente estudo é entender essa dinâmica a partir das cinco grandes regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

O assunto desigualdade no Brasil conta com vasta literatura, que investiga os indicadores e determinantes da desigualdade no Brasil, porém há poucos estudos que abordem a subestimação da desigualdade devido à subestimação de rendas mais altas nas pesquisas. O Brasil está entre as maiores economias do mundo e temos o desafio de minorar a pobreza e

desigualdade, que é tradicionalmente extrema. Compreender se a desigualdade está subestimada quando se toma como base as pesquisas domiciliares é um grande passo para a elucidação de questões centrais da desigualdade e desenvolvimento do Brasil.

2. PNAD Vs POF

2.1. Dados

O SCN é referência importante para investigar o grau de subestimação de renda das demais pesquisas porque detém uma melhor estimativa da renda bruta disponível das famílias, por levar em consideração diversas fontes de informação disponíveis, como a Pnad, POF, Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), da pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (IBGE, 2008b).

No entanto, o SCN não é comumente usado como fonte de dados em trabalhos sobre a desigualdade, porque este não tem detalhamento para estimar a distribuição da renda das famílias, como as pesquisas domiciliares. Entre as pesquisas, a POF, por ser direcionada ao orçamento das famílias, é a que tem informações mais detalhadas acerca da renda familiar total e de sua distribuição. Esta seção será baseada na comparação e análise dos dados de rendimento obtidos pela Pnad 2008 e POF 2008-2009 a partir da apresentação de conceitos, definições e metodologias divergentes nos dados de rendimento entre a Pnad e a POF.

O primeiro aspecto de divergência entre a POF e a Pnad é o período de referência. A Pnad mede apenas a renda recebida em Setembro, mês das entrevistas. Por esse motivo, não são computadas rendas esporádicas, como 13º salário, adicional de férias, entre outros. A Pnad 2008 tem como referência 1º de outubro de 2008.

Já as POFs combinam um período de coleta de 12 meses, a partir de maio. A data de referência que foi fixada para a apresentação dos resultados da POF 2008-2009 foi 15 de janeiro de 2009. Assim, para que as informações da PNAD fossem comparáveis às da POF 2008-2009, foi necessário deflacionar o rendimento apurado pela PNAD utilizando a inflação do período entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, equivalente a 1,49%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Outro importante ponto a se elucidar é o conceito família e domicílio para as pesquisas. A unidade de investigação da POF é o domicílio particular permanente, onde é identificada a unidade de consumo, unidade básica da pesquisa, que compreende os moradores que compartilham as despesas com moradia e alimentação (IBGE, 2010a).

Já na PNAD, o conceito família para o IBGE não tem ligação explícita ao consumo, mas refere-se às pessoas ligadas pelo parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Em critério de harmonização de conceitos com as outras pesquisas, a POF 2008-2009 identificou também as famílias nos domicílios, segundo conceito adotado pelo IBGE (IBGE, 2010a). Ao divulgar resultados, em todas as POFs, o termo “família” tem sido utilizado para representar o conceito unidade de consumo.

A análise dos rendimentos totais ajuda a entender elementos importantes do orçamento familiar, como impactos dos gastos do governo, transferências intrafamiliares. Sendo o objetivo principal deste trabalho o nível de vida das pessoas, estas serão classificadas conforme seu rendimento domiciliar *per capita* (RDPC).

A RDPC foi obtida através do coeficiente entre o total de rendimento médio mensal domiciliar, inclusive os domicílios sem rendimento, pelo número médio de pessoas por residentes no domicílio, excluindo pensionistas e empregados domésticos. Como os membros de uma família em geral compartilham a renda total da família, o bem-estar de uma pessoa é influenciado pelo total de recursos do domicílio ao qual ela pertence.

A renda domiciliar *per capita* também apresenta algumas limitações. Entende-se que a necessidade de recursos varia para diferentes pessoas e entre crianças, adultos e idosos. Sabe-se também que a necessidade de renda não cresce proporcionalmente com o número de integrantes do domicílio, uma vez que existem economias de escala com o aumento do tamanho da família. Isso poderia levar à sobrestimação da desigualdade para as famílias com mais pessoas e a subestimação para as famílias com menos pessoas.

Não sendo conhecidas essas diferenças de necessidades, optou-se por utilizar o RDPC. Vale ressaltar também que neste trabalho serão considerados somente os domicílios particulares permanentes.

A amostra da POF de 2008-2009 é composta por 57.817 mil unidades de consumo, compreendendo os moradores que compartilham as despesas com moradia e alimentação. Já a amostra da PNAD de 2008 é composta por 57.557 mil domicílios permanentes, com 189.953 mil moradores. Além disso, cada domicílio compreende em média 3.3 pessoas para as duas pesquisas.

A média obtida para o RDPC através da POF é de R\$ 837,42 por pessoa, incluindo rendimentos monetários e não monetários e variação patrimonial, 41% superior ao estimado pela PNAD, equivalente a R\$ 595,03 por pessoa. Não é surpreendente que a estimativa da renda seja superior na POF, uma vez que esta tem maior capacidade de captar a renda das famílias e tem conceito de rendimento um pouco distinto da Pnad.

O rendimento não monetário foi estimado na pesquisa a partir da utilização e do consumo dos produtos que são adquiridos através de despesas não monetárias. Estas são valoradas a partir da estimativa obtida pelo informante no momento da entrevista. Já variação patrimonial equivale às vendas de bens imóveis, o saldo positivo de movimentações financeiras, recebimentos de herança, que influenciam pontualmente no orçamento (IBGE, 2010a). O conceito de rendimento para a Pnad é distinto e não inclui o valor da produção relacionada ao autoconsumo ou a variação patrimonial.

Ao comparar a Pnad 2003 e a POF 2002-2003, Barros (2006) não inclui na construção da renda total da POF os rendimentos que decorrem de mudanças na forma de retenção dos ativos, como vendas esporádicas ou retiradas do FGTS, para fins de melhor comparação com a Pnad. Neste trabalho, porém, optou-se por não desconsiderar a parcela de rendimento relativa à variação patrimonial na análise do rendimento da POF, nem as retiradas do PIS/Pasep e FGTS ou mesmo o rendimento não monetário.

Entende-se que a parcela dos rendimentos não monetários é tão mais significativa, quanto menores são os rendimentos das famílias. Já a variação patrimonial é mais significativa para as parcelas mais abastadas da população. Por mais que o conceito de renda seja distinto entre as duas pesquisas e que isso seja um fator determinante para o hiato de renda da Pnad em relação à POF, estas são variáveis importantes para entender a dinâmica da desigualdade das famílias e o que se busca aqui é entender o impacto da subestimação de renda da Pnad na aferição da desigualdade.

O hiato de renda entre as pesquisas para cada fonte de rendimento foi calculado através de:

$$H = \left(\frac{Y_{POF}}{Y_{Pnad}} - 1 \right) \times 100$$

Y_{POF} é o RDPC estimado através da POF, enquanto Y_{Pnad} é o RDPC estimado pela Pnad. O hiato representa quanto a estimativa do rendimento da POF é superior ou inferior à Pnad.

O cálculo da contribuição de determinada fonte de rendimento para o hiato de renda entre a Pnad e a POF foi feito através da divisão da diferença dessa fonte de rendimento entre Pnad e POF pela diferença do rendimento total entre as duas pesquisas:

$$C = \left(\frac{Y_{F\ POF} - Y_{F\ Pnad}}{Y_{T\ POF} - Y_{T\ Pnad}} - 1 \right) \times 100$$

$Y_{F\ POF} - Y_{F\ Pnad}$ é a diferença de RDPC estimado entre a POF e a Pnad para uma certa fonte de rendimento, enquanto $Y_{T\ POF} - Y_{T\ Pnad}$ é a diferença estimada entre a POF e a Pnad para o total de RDPC.

A partir da análise da tabela 2 a seguir pretende-se identificar qual é a contribuição das principais fontes de rendimento dentro da RDPC para a Pnad e POF e em seguida analisar a razão entre o hiato de renda entre as duas pesquisas.

TABELA 2
Comparação da renda domiciliar per capita (R\$) e sua distribuição entre a Pnad e POF - 2008 (1)

	RDPC em R\$		Composição		Hiato %	Contribuição para o hiato %
	POF	Pnad	POF	Pnad	POF/Pnad	POF/Pnad
Rendimento total	837	595	100	100	41	100
Rendimento do trabalho	512	454	61	76	13	24
Empregado	362	309	43	52	17	22
Empregador	47	65	6	11	-29	-8
Conta própria	103	80	12	13	29	10
Transferência	149	120	18	20	24	12
Aposentadoria e pensão pública	125	109	15	18	14	6
Aposentadoria e pensão privada	6	8	1	1	-23	-1
Pensão alimentícia, mesada ou doação	12	3	1	1	310	4
Outras transferências	6	0	1	0		2
Rendimento de aluguel	14	10	2	2	38	2
Outras rendas e Variação Patrimonial	56	11	7	2	423	19
Rendimento não monetário	107		13	-		44

Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

Notas: 1. Médias obtidas com domicílios particulares permanentes, inclusive sem rendimento.

2.2. Composição da RDPC das famílias

A fonte de rendimento com maior participação no rendimento total das famílias é o rendimento do trabalho, representando cerca de 61% do total da RDPC para a POF e 76% para a Pnad. Esta fonte se refere à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho dos empregados (público, privado ou doméstico), empregadores e trabalhadores por conta-própria, tanto da ocupação principal quanto de outras ocupações que a pessoa possa exercer no período de referência.

Ao rendimento dos empregados correspondeu a maior participação dentro do rendimento do trabalho, cerca de 71% para a POF e 68% para a Pnad, seguido pela remuneração dos que trabalham por conta própria, cerca de 9% para a POF e 14% para a Pnad. Por último, o rendimento dos empregadores corresponde a 20% do total para a POF e 18% para a Pnad.

Cabe ressaltar que parte do excedente dos empreendimentos informais, fonte de renda dos trabalhadores conta própria e empregadores, não é rendimento do capital, sendo reinvestida diretamente. Os entrevistados podem não estar cientes da fronteira entre rendimento do trabalho e do capital e declarar a remuneração do capital como remuneração do trabalho (BARROS, 2007).

As transferências registraram a segunda maior participação na composição do total do RDPC nacional, 18% para a POF e 20% para a Pnad. Estas incluem as aposentadorias e pensões da previdência pública e privada, pensões alimentícias, mesadas e doações de pessoas não moradoras da unidade domiciliar. As aposentadorias e pensões públicas representam 84% do total de transferências apuradas pela POF e 91% pela Pnad. Originalmente as transferências de renda de programas sociais federais estavam alocadas em transferências para a POF. Para melhor comparação com a Pnad, estas foram alocadas em “outras rendas”.

A terceira maior participação no total da renda dos domicílios no caso da POF são os rendimentos não monetários, representando 12.8% do total do RDPC para o Brasil. Como já citado anteriormente, a Pnad não computa a produção para o autoconsumo.

O rendimento não monetário refere-se ao consumo de produtos de produção própria, troca, outras formas de obtenção que não envolvem pagamento monetário, além do aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado. Como identifica a

POF, rendimento não monetário é a parcela equivalente às despesas não monetárias (IBGE, 2010a: p. 25):

São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando preços vigentes no mercado local. O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi o único serviço contabilizado como despesa não monetária. É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não monetárias com exceção do aluguel estimado. Para a imputar o rendimento não monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio.

Sobre o restante da distribuição da fonte do rendimento, o rendimento de aluguel e demais rendas representam cerca de 8,4% para a POF e 3.5% para a Pnad do total do RDPC. Tanto para a POF quanto para a Pnad, o rendimento de aluguéis equivale ao rendimento monetário bruto proveniente de aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis, incluindo a sublocação e arrendamento, e de bens móveis, como veículos, direitos autorais.

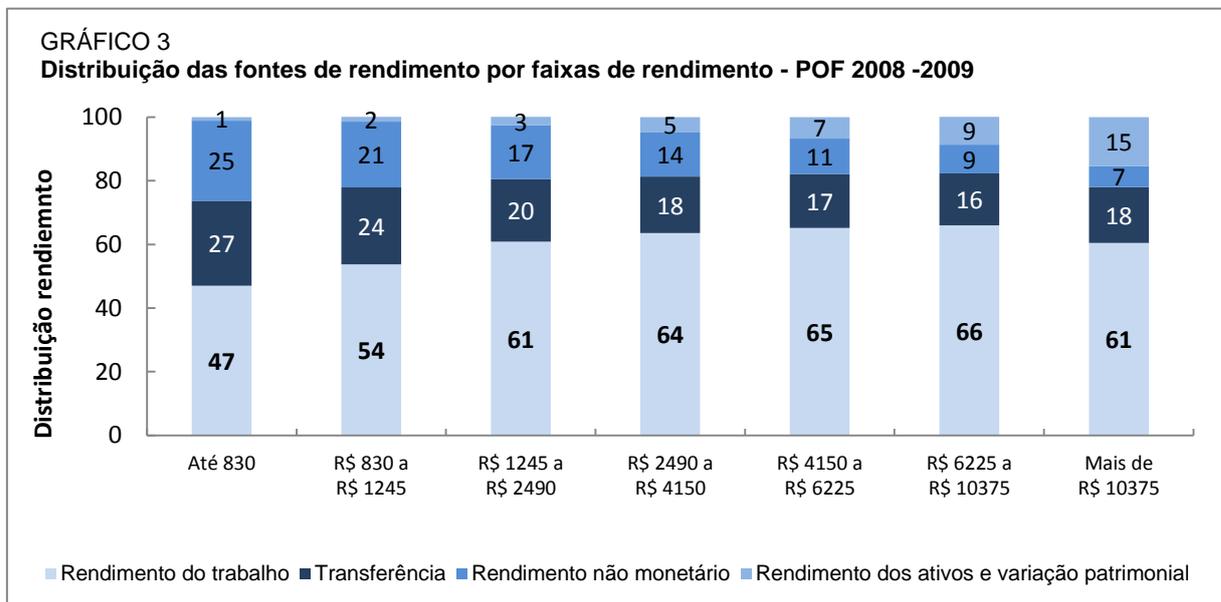
Em “outras rendas”, a Pnad aloca rendimentos oriundos de aplicações financeiras, como juros de papel de renda fixa, poupança e dividendos, além de renda proveniente de programas oficiais de auxílio educacional e social, como o Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) (IBGE, 2008a).¹

A POF no entanto, agrupa originalmente os rendimentos de programas sociais federais dentro de “transferências”. Para possibilitar a análise entre as pesquisas, somou-se a renda de programas sociais da POF às “outras rendas” (IBGE, 2010a), onde a POF já agrupa também ganhos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos em dinheiro atribuídos a ações, juros, correções e por fim as rendas provenientes de vendas eventuais

¹ São elegíveis de receber o auxílio entre R\$ 62,00 do BF aquelas famílias com RFPC inferior a R\$ 69,00 mensais. Famílias com RFPC de até R\$ 137,00 mensais com gestantes, crianças e adolescentes de até 17 anos, tem direito a um benefício entre R\$ 20,00 e R\$ 60,00 mensais. O BPC é o auxílio no valor de um salário mínimo a idosos e incapacitados de pertençam a famílias com RFPC inferior a um quarto de salário mínimo. O Peti é o programa de transferência direta de renda às famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho.

como, por exemplo: vendas de automóveis, consórcios e outros produtos; crédito-educativo, juros de empréstimos.

As distribuições de rendimentos dos domicílios pode variar significativamente de acordo com a faixa de rendas diferentes classes de rendimento, como se pode notar no gráfico 3. O peso dos rendimentos do trabalho (empregados, empregadores e conta própria) no rendimento domiciliar total cresce 30% entre as famílias das classes extremas, representando 47% do total do rendimento para famílias com até R\$ 830,00 mensais e 61% do total do rendimento para famílias de renda mensal acima de R\$ 10.375,00. Tal crescimento é puxado principalmente pelo crescimento da participação da renda dos empregadores.



Fonte: POF 2008-2009

A segunda variação mais importante se deve à participação das rendas não monetárias, atendendo ao que já era esperado. Esta alcança 25% do total da renda da faixa inferior de rendimentos e passa a representar somente 7% na classe superior extrema.

Em terceiro lugar temos a participação registrada pelas transferências, que cai 33% entre as famílias de classe inferior e superior extremas. O principal responsável pela queda é o rendimento proveniente das aposentadorias públicas. Para a classe inferior extrema, tais aposentadorias representam 17% do total da renda, enquanto para a classe superior extrema, representam 14% do total da renda. Outro fator que contribui para esse movimento é a renda

dos programas sociais federais, representando 5% do total da renda das famílias mais pobres e ausente na renda dos mais ricos.

Uma vez analisada a magnitude e composição da renda das famílias em cada pesquisa, pretende-se entender o hiato de renda entre as pesquisas e a relação das divergências de estimativa entre as pesquisas podem afetar a aferição da desigualdade.

2.3. O hiato de RDPC

O principal fator de contribuição para o hiato de renda das duas pesquisas é o rendimento não monetário, uma vez que a Pnad não computa essa forma de rendimento. Para o Brasil, a renda não monetária representa 44% do total do hiato de RDPC, seguido do rendimento do trabalho com 24%, renda dos ativos e variação patrimonial com 19% e as transferências com 12%.

Como apontado anteriormente, os rendimentos não monetários tem maior peso nas faixas de domicílios de renda *per capita* inferiores, e não há dúvidas que o coeficiente de autoconsumo diminui de acordo com o aumento do nível da renda. Sendo assim, a subestimação dessa fonte de rendimentos pela Pnad afeta especialmente a renda dos mais pobres.

A renda do trabalho constitui o segundo fator em ordem de importância, responsável por 24% do hiato de renda entre as duas pesquisas. A estimativa do rendimento do trabalho para a POF é 13% superior à da Pnad.

A POF detém maior capacidade de captação da renda através de um questionário mais detalhado sobre despesas e rendimentos e ao contrário da Pnad, a POF inclui no cômputo do rendimento do trabalho outros tipos de remuneração além dos salários e ordenados, como os i) benefícios e ii) rendimentos eventuais.

Dentre os benefícios, são computados os auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio combustível, auxílio-creche, auxílio-moradia entre outros. Quanto aos rendimentos eventuais, a POF inclui como rendimento do trabalho o 13º salário, adicional de férias, horas extras, participação nos lucros, indenizações trabalhistas, rendimentos e abono-salário do PIS/PASEP, saques do PIS/PASEP e do FGTS (IBGE, 2010a).

Sobre a subestimação do rendimento do trabalho, é necessário maior investigação quanto ao impacto líquido sobre a desigualdade. Em tese, a omissão de

benefícios afetariam os mais pobres. Já os rendimentos eventuais como o 13º e abono de férias, que tem maior peso dentro do rendimento do trabalho, impactam a todos. Cabe destacar que a subdeclaração pelos entrevistados nas pesquisas torna difícil a captação de todos os rendimentos e é uma limitação para todas as pesquisas domiciliares.

Dentro dos rendimentos dos empregados, estão incluídos também os salários dos altos executivos. Além disso, os trabalhadores conta-própria e empregadores muitas vezes não sabem separar o que é realmente rendimento do trabalho ou do capital. Assim, dentro da remuneração do trabalho, temos também uma parcela da remuneração do capital.

O terceiro fator mais importante para explicar o hiato de rendimento entre a POF e a PNAD são os rendimentos de ativos e “outras fontes” contribuindo com 19% do hiato da renda nacional entre Pnad e POF. Lembrando que para a POF estão alocados em “outras rendas” os rendimentos de ativos, como juros e dividendos, a variação patrimonial, além de renda proveniente de programas sociais. Enquanto para a Pnad não há o registro da variação patrimonial. A renda dos ativos e aluguéis e variação patrimonial beneficia a parcela mais rica da população, enquanto a renda proveniente dos programas sociais beneficia os mais pobres.

Para a POF, a variação patrimonial representa 4,4% da composição média nacional do RDPC. O rendimento de ativos financeiros representa 1,6% e aqueles provenientes de programas sociais federais 0,7%. A variação patrimonial representa 0,7% da renda do extrato mais pobre e 9,9% do extrato superior da distribuição da população. O rendimento de ativos financeiros e vendas eventuais representa 0,3% da renda do extrato mais pobre e 2,4% do extrato superior da distribuição da população. Por fim, a renda de programas sociais federais equivale a 6,3% do total da renda dos mais pobres e não tem participação significativa no extrato superior. Portanto, entende-se que a subestimação do agregado “outras rendas” pela Pnad resulte em um impacto líquido de subestimação da renda dos mais ricos.

Por último, as transferências contribuem com 12% do total da diferença na RDPC brasileira. A renda de transferências na POF é 24% superior à da Pnad e isso se deve ao fato da POF incluir transferências não monetárias e monetárias esporádicas, não computados pela segunda pesquisa, como indenizações pagas por seguradoras, ganhos de jogos, programas sociais estadual e municipal, seguro desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-funeral, entre outras (IBGE, 2010a). Cabe destacar que nas pesquisas esses rendimentos são muitas vezes omitidos.

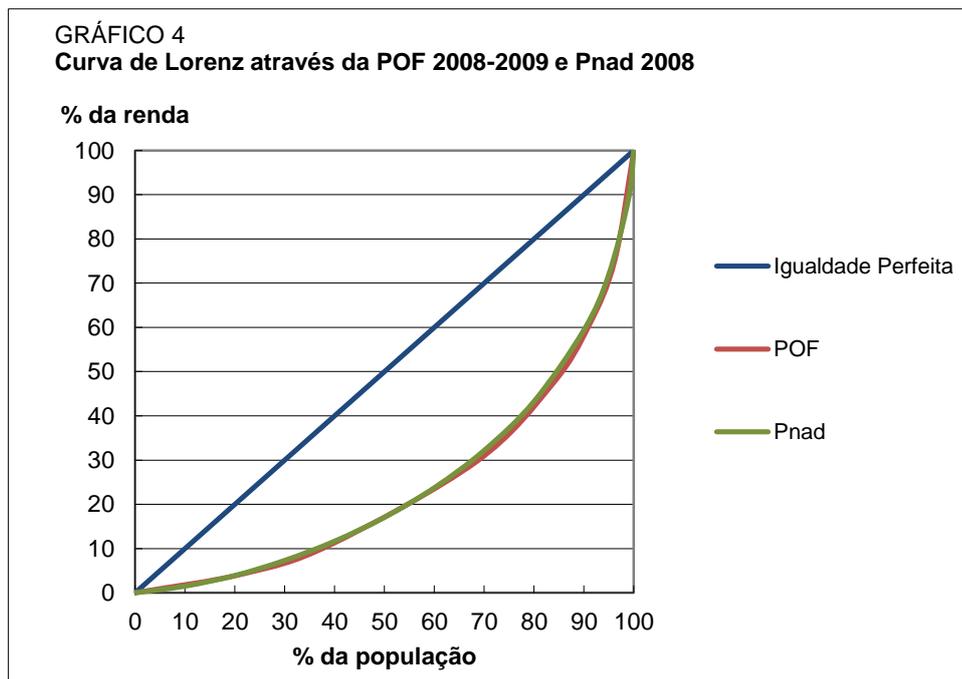
As transferências tem peso maior no total da renda dos mais pobres, como mostrado anteriormente. Sua subestimação pelas pesquisas afeta os domicílios localizados nos décimos

inferiores da distribuição, em particular as transferências não monetárias e eventuais, como seguro desemprego.

2.4. Impacto do hiato de renda sobre a desigualdade

Conclui-se pela última seção que há subestimação pela Pnad 2008 tanto da renda dos mais pobres – devido principalmente à subestimação de rendimentos e transferências não monetários – como também dos mais ricos – devido a subestimação de rendimento de ativos financeiros e não computação de rendas pontuais devido à venda de imóveis, recebimento de heranças ou retirada de poupança.

Resta analisar como ambas as pesquisas se diferem quanto à mensuração da desigualdade, para entender o impacto líquido da subestimação das diferentes fontes de rendimentos. O gráfico 4 exibe a renda total acumulada por décimo da distribuição das rendas domiciliares, para a Pnad 2008 e a POF 2008-2009:



Fonte: POF 2008-2009 e Pnad 2009

As estimativas de desigualdade para o período das duas pesquisas são muito similares e as curvas de Lorenz são próximas e se sobrepõem em muitos pontos. Em relação à POF, a

Pnad ligeiramente subestima a desigualdade de renda em relação aos estratos superiores e sobreestima a desigualdade para os estratos inferiores.

Para a POF, os 10% mais ricos da população detém 44,4% da renda, enquanto os 50% mais pobres detém 14,5% da renda. Para a Pnad, os 10% mais ricos da população detém 40,6% da renda, enquanto os 50% mais pobres detém 11,7% da renda.

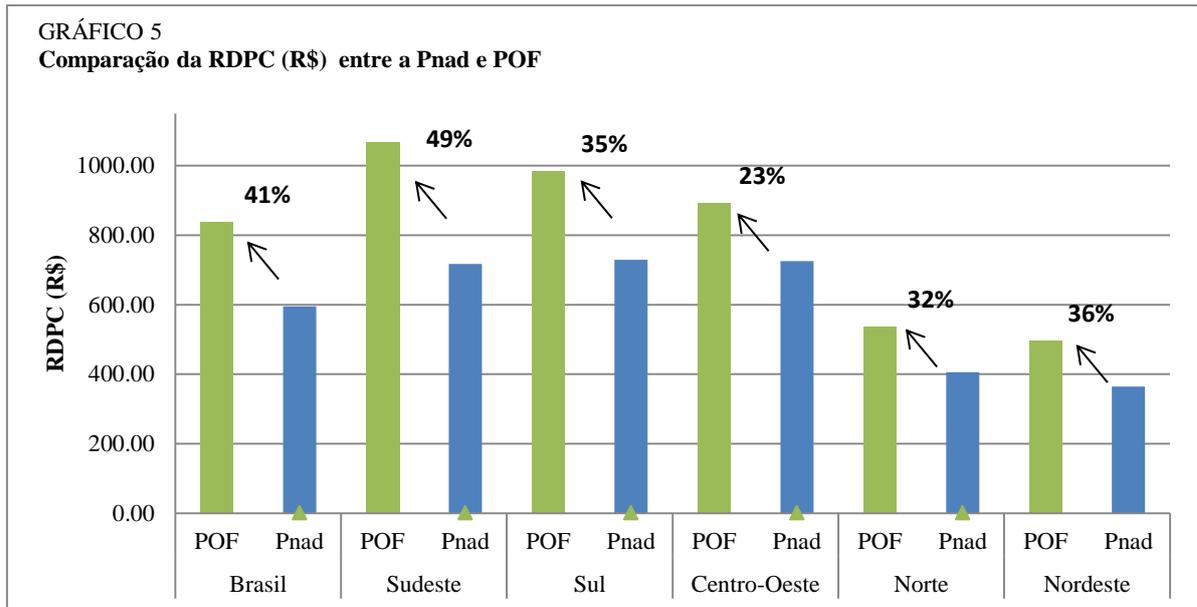
Os índices de Gini calculados para a POF 2008-2009 e Pnad 2008 são relativamente próximos. O índice de Gini da renda domiciliar *per capita* da Pnad 2008 para o Brasil é de 0.514. Já para a POF 2008-2009, esse mesmo índice (inclusive a variação patrimonial e rendas não monetárias) é 0.2% menor no período, equivalente a 0.513. Isso significa que segundo a presente análise, a Pnad de 2008 sobreestima o grau de desigualdade de renda em 0.2% em relação a POF. Assim as omissões estariam ligeiramente mais concentradas nos extratos inferiores da população.

3. PNAD Vs POF POR REGIÕES

3.1. O hiato de RDPC por regiões

A análise dos diferenciais de renda da POF e PNAD entre as regiões permite ainda importantes considerações sobre a análise da desigualdade. Caso essa distribuição seja muito desigual dentro das regiões, pode acarretar em diversos problemas, como inchamento de grandes cidades por alto fluxo migratório, sobrecarregamento da rede de serviços públicos, violência e discriminação nas áreas urbanas. Por isso torna-se importante a análise da aferição da desigualdade dentro de cada região.

A gráfico 5 a seguir permite a comparação do RDPC estimado pela Pnad e POF para o Brasil e as cinco grandes regiões:



Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

Cabe destacar que o tamanho médio das famílias varia entre as regiões. O tamanho médio das famílias para o Sul é 3,1, seguido pelo Sudeste com 3,14 e Centro-Oeste com 3,16. O Nordeste e Norte apresentam média acima da nacional (3,3 pessoas/domicílio), de respectivamente 3,9 e 3,55.

A região Nordeste apresentou o menor RDPC entre as cinco grandes regiões em ambas pesquisas, no valor de R\$ 364,67 para a Pnad (61% da média nacional) e R\$ 497,08 para a POF (59% da média nacional), 36% superior ao estimado pela Pnad. O Norte apresenta a segunda pior RDPC nacional, R\$ 405,71 para a Pnad (68% da média nacional) e R\$ 536,49 para a POF (64% da média nacional), 36% superior ao estimado pela Pnad. Dentro do Norte e Nordeste pode-se encontrar as áreas menos desenvolvidas social e economicamente, com boa parte da população vivendo em zonas rurais, onde é comum a produção para o autoconsumo, conforme será visto mais adiante.

Em ambas pesquisas, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam RDPC superiores à média nacional. No entanto, o maior RDPC entre as grandes regiões diverge entre as duas fontes. Segundo dados extraídos da POF, a região com o maior RDPC é o Sudeste, com R\$ 1066,89. Para a PNAD, a região com maior RDPC é o Sul, com R\$ 729,20. Nas regiões Sudeste e parte do Centro-Oeste, verifica-se maior desenvolvimento econômico, dinamismo e áreas urbanas tradicionalmente estabelecidas e consolidadas.

Através da tabela 3 a seguir, busca-se entender qual é a contribuição das principais fontes de rendimento dentro do RDPC para o hiato de renda entre a Pnad e POF entre nas diferentes regiões. Vale destacar que há uma discrepância entre o diferencial observado entre Pnad e POF de uma fonte de rendimento em uma região e sua contribuição para o total do hiato dessa região. Essa discrepância resulta do peso da contribuição dessa fonte de rendimento dentro do RDPC da região.

TABELA 3
Hiato de RDPC entre Pnad e POF e contribuição das fontes de rendimento para o hiato de RDPC para as Grandes Regiões - 2009 (1)

	Rendimento total	Fontes de rendimento				
		Rendimento do trabalho	Transferência	Rendimento de aluguel	Outras rendas e Variação Patrimonial	Rendimento não monetário
Valor R\$						
Brasil	242	58	29	4	45	107
Norte	131	19	7	1	26	78
Nordeste	132	25	15	1	23	67
Sudeste	349	105	46	8	57	134
Sul	255	38	19	0	72	127
Centro-Oeste	168	3	31	-1	35	101
Distribuição (%)						
Brasil	100	24	12	2	19	44
Norte	100	15	6	1	20	59
Nordeste	100	19	12	1	17	51
Sudeste	100	30	13	2	16	38
Sul	100	15	7	0	28	50
Centro-Oeste	100	2	18	0	21	60

Fonte: POF 2008-2009.

Notas: 1. Médias obtidas com domicílios particulares permanentes, inclusive sem rendimento.

Como visto no capítulo anterior, para o Brasil a renda não monetária representa 44% do total do hiato de RDPC, seguido do rendimento do trabalho com 24%, renda dos ativos e variação patrimonial com 19% e as transferências com 12%. As regiões no entanto apresentam distribuições diferentes. As regiões que apresentam ordenação similar da contribuição das fontes de rendimento para o hiato total da renda são o Sudeste e Nordeste e também o Sul e o Norte. O Centro-Oeste apresenta sequencia distinta das outras regiões, como se vai detalhar a seguir. A tabela A1 no Apêndice apresenta maior detalhamento da composição do RDPC para cada região.

O Sudeste é a região que apresenta o maior hiato de rendimento entre as pesquisas, uma vez que a POF estima o RDPC 41% superior à Pnad. As fontes de rendimento que mais contribuem para isso são os rendimentos não monetários (38%), seguidos dos rendimentos do trabalho (30%) e rendimentos de ativos e variação patrimonial (16%). O Nordeste é a região

que apresenta o segundo maior hiato de rendimento entre as pesquisas (36%). As fontes de rendimento que mais contribuem para o hiato do RDPC são os rendimentos não monetários (51%), seguidos dos rendimentos do trabalho (19%) e rendimentos de ativos e variação patrimonial (17%).

Quanto ao Sul, com hiato total de 35% entre RDPC da Pnad e POF, as fontes de rendimento que mais contribuem para o hiato são os rendimentos não monetários (50%), seguidos dos rendimentos de ativos e variação patrimonial (28%) e dos rendimentos do trabalho (15%). Já para o Norte, com hiato total de 32%, as fontes de rendimento que mais contribuem para o hiato do RDPC são os rendimentos não monetários (59%), seguidos dos rendimentos de ativos e variação patrimonial (20%) e dos rendimentos do trabalho (15%).

Para todas as regiões os rendimentos não monetários tem a maior contribuição dentro do hiato de renda total entre a Pnad e a POF, uma vez que a Pnad não computa esse tipo de rendimentos. As regiões que detêm a maior participação da renda não monetária no total do hiato são o Centro-oeste (60%), seguido do Norte (59%). Ao investigar tais divergências entre as regiões, observa-se que a diferença da participação do rendimento não monetário dos domicílios situados em áreas urbanas e rurais a nível nacional é relevante, 13% e 19% respectivamente.

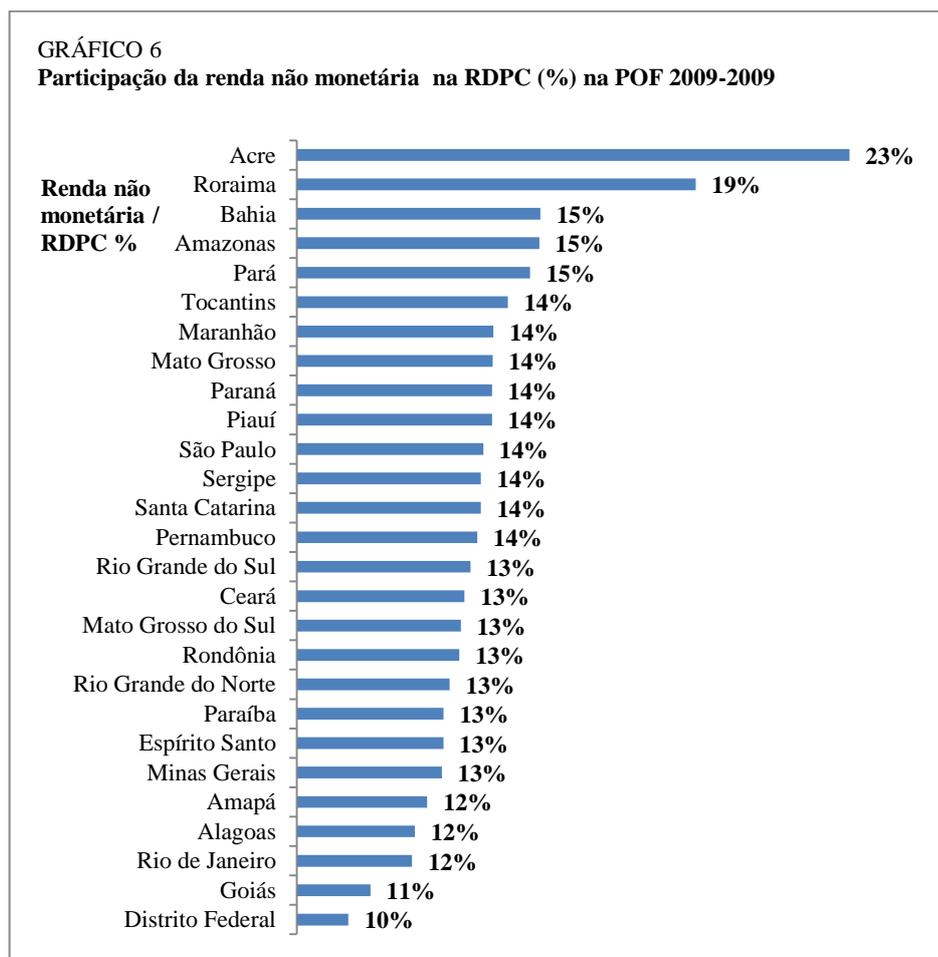
Aproximadamente 15% das famílias brasileiras estão situadas em áreas rurais. A tabela A2 no apêndice mostra a distribuição dos domicílios entre rurais e urbanos nas grandes regiões brasileiras. Pode-se verificar que a região com menor percentual de famílias vivendo em áreas rurais é o Sudeste, com percentual de 7%, seguida do Centro-Oeste, com média de 13%. Estas são as duas únicas regiões abaixo da média nacional. As regiões com maior parcela das famílias na zona rural são o Nordeste, com 26%, seguido do Norte, com 22%.

As regiões Nordeste e Norte, que tem maior parcela do total de famílias vivendo em zonas rurais quando comparadas às outras regiões, são também as regiões em que o rendimento não monetário tem a maior participação no total do RDPC. Já o Sudeste e o Centro-Oeste, que tem a menor parcela de domicílios rurais em relação ao total de domicílios, são também as regiões com menor participação da renda não monetária na renda total.

Entende-se que isso se deve ao fato de que em áreas rurais há mais famílias que contam com grande parcela do rendimento total proveniente de pesca, trocas, e produção para autoconsumo ou até mesmo que estejam excluídas do mercado monetário. Estima-se que uma parcela significativa do consumo de alimentos de famílias que vivem nas zonas rurais é de produção própria ou advém de trocas.

A participação elevada dos rendimentos não monetários no hiato entre as pesquisas na região Centro-Oeste não se deve ao fato do peso destes dentro da composição do RDPC ser significativo quando comparada aos outros, uma vez que o peso do rendimento monetário em relação ao rendimento total da região, é relativamente pequeno. A razão advém do hiato de rendimento do trabalho ser excessivamente pequeno quando comparado ao hiato das demais fontes de rendimento. Já a grande contribuição dos rendimentos não monetários para o hiato entre as pesquisas nas regiões Norte e Sudeste se deve realmente ao peso rendimento dentro do RDPC total, como detalhado anteriormente.

Como a renda não monetária é muito importante para a explicação do hiato de renda entre as pesquisas, analisou-se em seguida o comportamento da participação desta para as unidades da federação. Através do Gráfico 6, nota-se que a participação do rendimento não monetário dentro do total de RDPC relaciona-se com o desenvolvimento urbano da região.



Fonte: POF 2008-2009.

Podemos observar que os Estados com comportamento extremo superior são o Acre e Roraima e o Distrito Federal destaca-se no extremo inferior da distribuição. Isto está ligado também à distribuição de sua população entre as zonas rural e urbana. No Acre e Roraima, os domicílios situados em zona rural correspondem a 18.5% e 17.4% respectivamente do total dos domicílios. No Distrito Federal, no entanto, a percentagem cai para 5.4%.

Segundo o relatório oficial da POF 2008-2009 (IBGE, 2010a), a participação do rendimento não monetário diminuiu em relação à POF 2002-2003, enquanto a parcela das transferências cresceu. Isso sugere que parte das famílias que estavam anteriormente fora do mercado monetário passaram a receber algum auxílio do governo através de transferências.

O segundo fator em ordem de importância para explicar o hiato de renda nacional entre as pesquisas é a renda do trabalho. A estimativa do rendimento do trabalho para a POF é 13% superior à da Pnad a nível nacional. Para o Sudeste, a diferença é de 19%, seguida do Nordeste, com 13%. Entende-se que a subestimação da renda do trabalho para as regiões segue o racional do que acontece a nível nacional. Assim a subestimação da renda advém da subdeclaração dos rendimentos por ambas pesquisas e não computação dos rendimentos eventuais e benefícios pela Pnad.

A região Sudeste, que apresenta a maior contribuição do hiato do rendimento do trabalho entre as regiões, é também a que apresenta maior diferença entre os rendimentos dos trabalhadores entre POF e Pnad, sendo a POF 24% superior a Pnad. O Sudeste detém 48% do total de empregados em idade ativa do país, o que justifica o peso do rendimento do trabalho na região.

Por fim, o terceiro fator em ordem de importância para o país são os rendimentos de ativos financeiros e variação patrimonial. A estimativa do rendimento do trabalho para a POF é 5 vezes superior à da Pnad a nível nacional. Para o Sul, a diferença é de 8 vezes a Pnad, seguido pelo Sudeste, cuja diferença chega a 7,6 vezes. A maioria dos municípios desenvolvidos se encontra na região Sudeste e em alguns Estados da região Sul, como Porto Alegre, onde estão localizados pólos industriais importantes e o peso dessa fonte de rendimento é maior para os estratos mais ricos da população. O gráfico A1 no apêndice contém mais informações sobre o hiato de renda dos Estados.

É difícil estimar se a desigualdade de renda é afetada pela subestimação da renda pelas pesquisas, porque cada fonte de rendimento impacta uma parcela da distribuição da população. A seguir espera-se entender o impacto líquido de todas diferenças sobre a desigualdade para as regiões.

3.2. Impacto do hiato de renda para a desigualdade das regiões

A tabela 4 exibe o índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento para a Pnad 2008 e a POF 2008-2009.

TABELA 4
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes para POF 2008-2009 e Pnad 2008

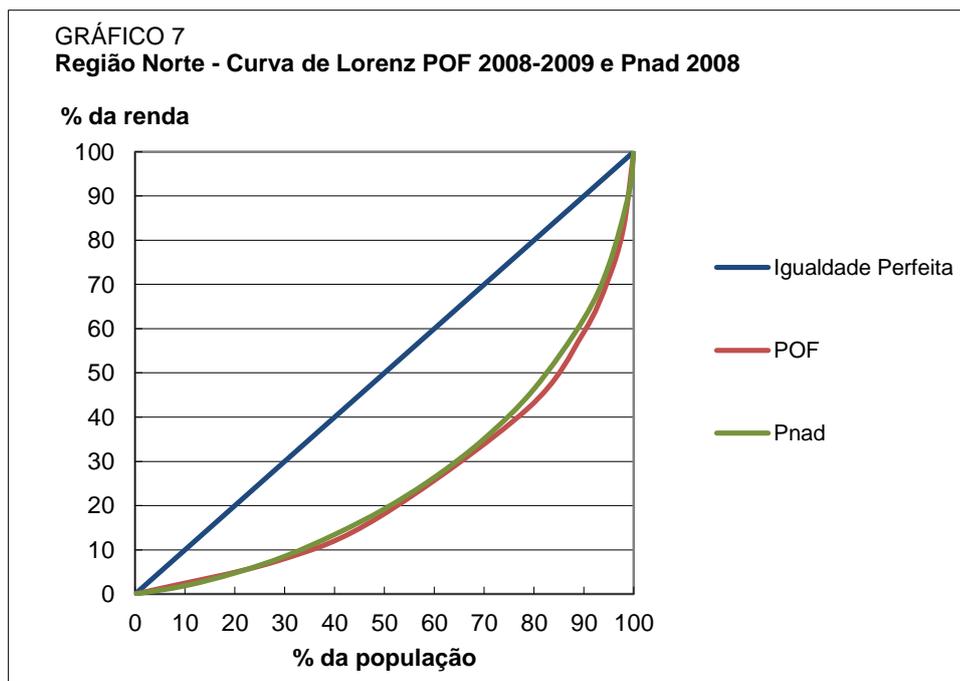
	Regiões					
	Brasil	Sul	Norte	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste
POF	0.513	0.465	0.488	0.494	0.512	0.520
Pnad	0.514	0.476	0.477	0.490	0.525	0.548
Diferença POF/Pnad %	-0.1%	-2.4%	2.4%	0.8%	-2.3%	-5.2%

Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

Nota: Exclusive as informações dos domicílios sem declaração de rendimento domiciliar.

Através da análise do presente trabalho, verificou-se que em relação à POF, a Pnad subestima ligeiramente a desigualdade de renda para as regiões Norte em 2.4% e Sudeste em 0.8%. A Pnad ainda ligeiramente sobrestima a desigualdade para as regiões Centro-Oeste em 5.2%, Sul em 2.4% e Nordeste em 2.3%.

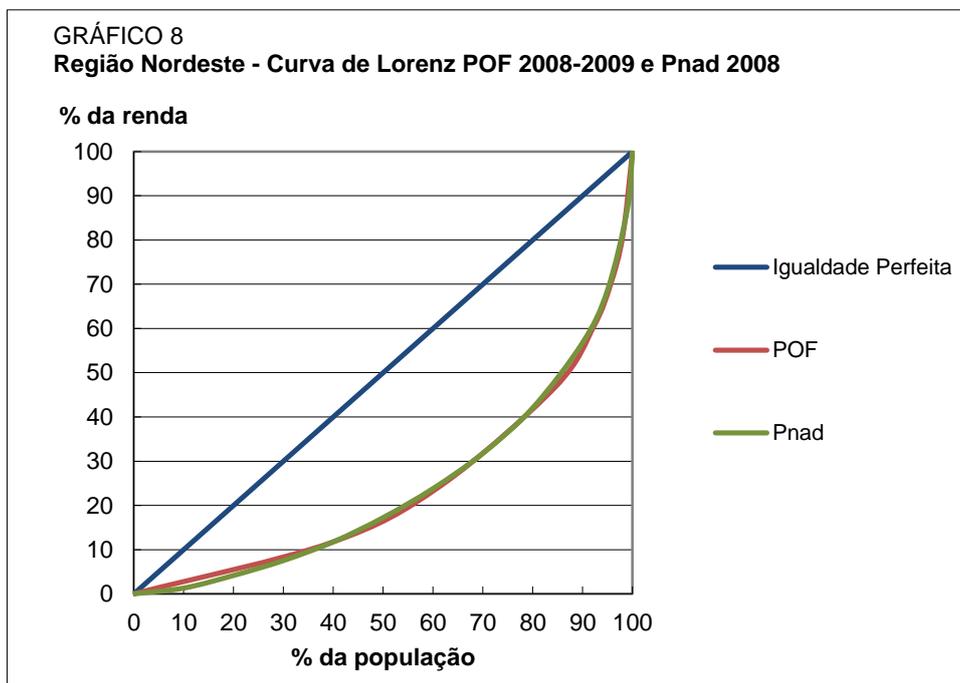
Para a região Norte, o gráfico 7 a seguir mostra que a curva de Lorenz da Pnad está mais próxima da curva de perfeita igualdade, quando comparada com a POF. A RDPC estimada pela POF é 32% superior à estimada pela Pnad, resultando em um coeficiente de Gini da POF de 0.488, que é 2,4% superior ao da Pnad, de 0.477.



Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

Para a região Norte, portanto, as omissões incidem de forma mais significativa entre os mais ricos, principalmente porque a Pnad não computa as variações patrimoniais. Quanto aos extratos inferiores, a Pnad sobrestima a desigualdade, por não considerar os rendimentos não monetários.

Para a região Nordeste, o gráfico 8 a seguir mostra que a curva de Lorenz da POF está mais próxima da curva de perfeita igualdade, quando comparada com a Pnad. A RDPC estimada pela POF é 36% superior à estimada pela Pnad, resultando em um coeficiente de Gini da POF de 0.512, que é 2,3% inferior ao da Pnad, de 0.525.

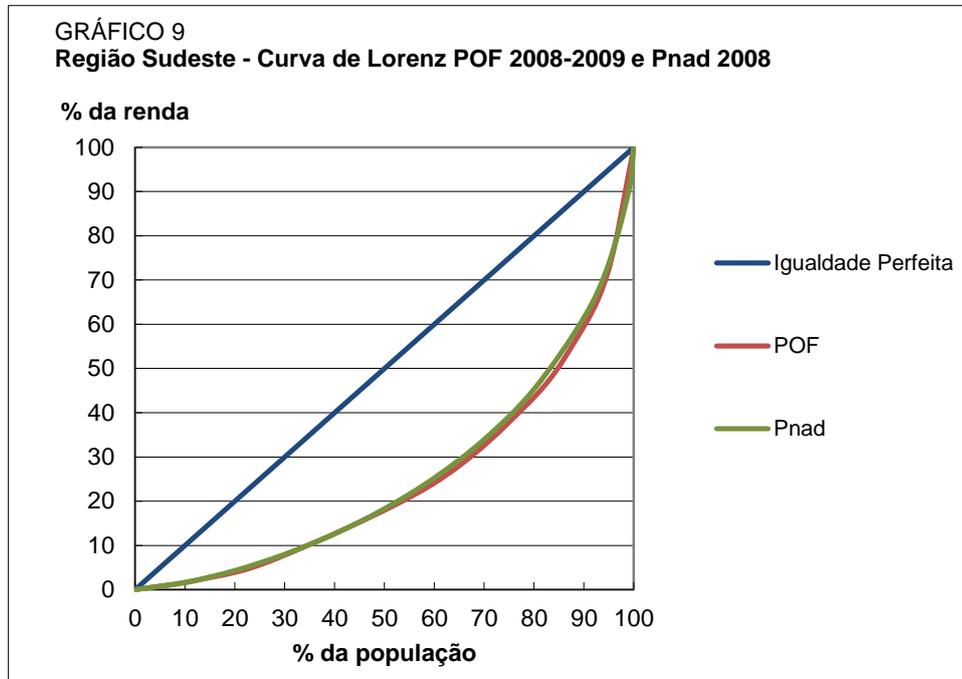


Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

No Nordeste, portanto, as omissões incidem de forma mais significativa entre os mais ricos, principalmente porque a Pnad não computa as variações patrimoniais. Quanto aos extratos inferiores, a Pnad sobrestima a desigualdade, por não considerar os rendimentos e transferências não monetárias.

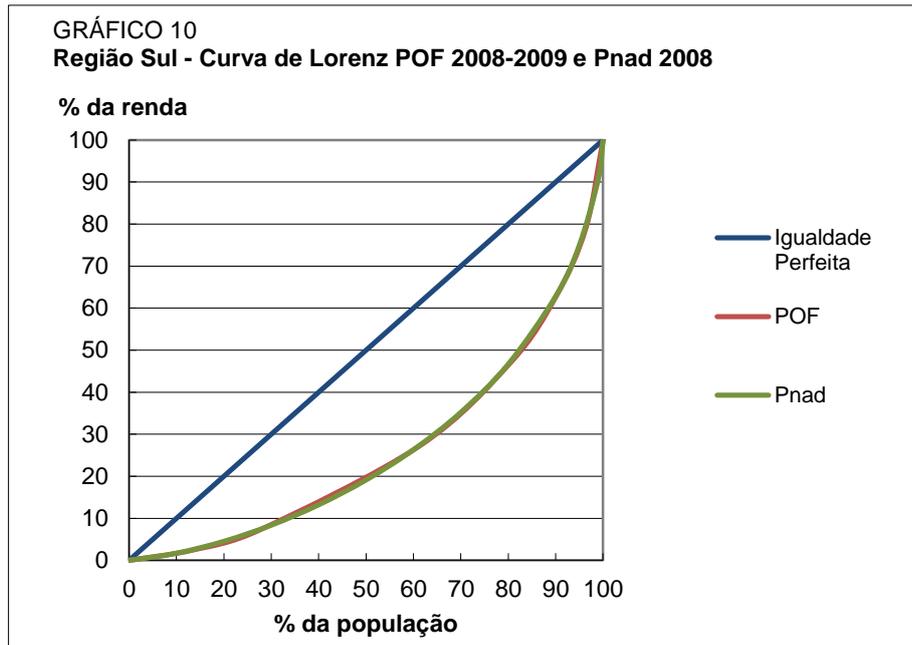
Para a região Sudeste, o gráfico 9 a seguir mostra que a curva de Lorenz da Pnad está mais próxima da curva de perfeita igualdade, quando comparada com a POF. A RDPC estimada pela POF é 49% superior à estimada pela Pnad, resultando em um coeficiente de Gini da POF de 0.494, 0.8% superior ao estimado pela Pnad, 0.490.

No Sudeste, portanto, as omissões incidem de forma mais significativa entre os mais ricos. A estimativa de rendimentos de ativos, aluguéis e variação patrimonial para a POF é 10 vezes superior à da Pnad.



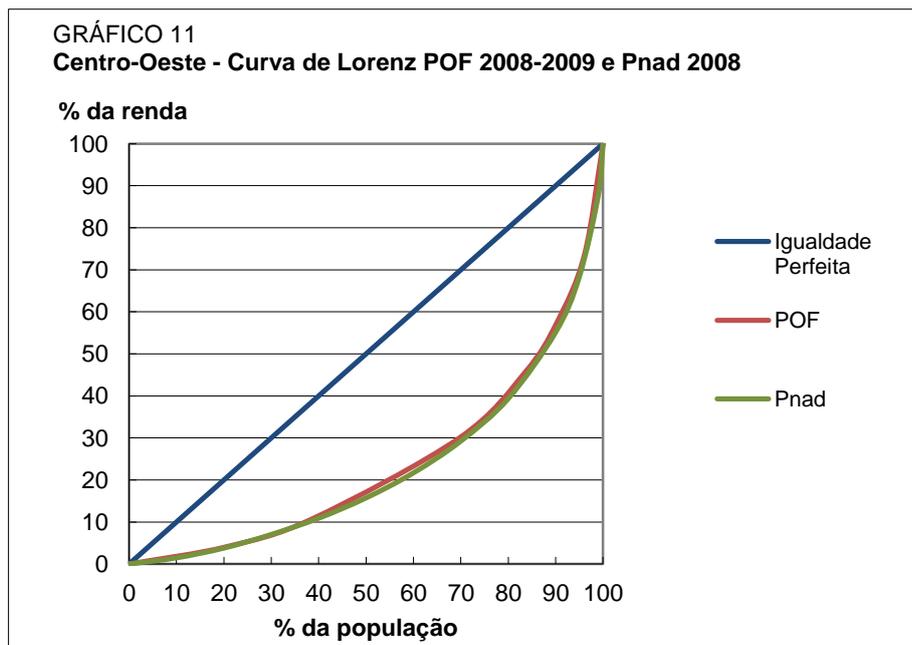
Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

Para a região Sul, o gráfico 10 a seguir mostra que a curva de Lorenz da POF está mais próxima da curva de perfeita igualdade, quando comparada com a Pnad. A RDPC estimada pela POF é 35% superior à estimada pela Pnad, resultando em um coeficiente de Gini da POF de 0.520, 5.2% inferior à Pnad, de 0.548. No Centro-Oeste portanto as omissões impactam os extratos mais pobres.



Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

O mesmo acontece para a região Centro-Oeste. O gráfico 11 a seguir mostra que a curva de Lorenz da POF está mais próxima da curva de perfeita igualdade, quando comparada com a Pnad. A RDPC estimada pela POF é 23% superior à estimada pela Pnad, resultando em um coeficiente de Gini da POF de 0.520 5.2% inferior ao da Pnad, 0.548. No Centro-Oeste o impacto líquido da subestimação da renda é a sobrestimação da desigualdade.



Fonte: Pnad 2008 e POF 2008-2009

4. CONCLUSÃO

A Pnad é a principal fonte nacional de dados para informações básicas de características gerais da população, trabalho, rendimento, domicílios, sendo muito utilizada para informações acerca da desigualdade. A pesquisa tem elevada qualidade metodológica, mas como toda pesquisa domiciliar, apresenta limitações para a mensuração da renda.

Neste trabalho buscou-se identificar qual impacto a subestimação da renda Pnad sobre a aferição da desigualdade para o Brasil e as cinco grandes regiões. O primeiro aspecto tratado foram as diferenças metodológicas entre a Pnad e a POF e o impacto destas sobre a estimação da desigualdade. Os resultados indicam que a Pnad subestima a renda domiciliar *per capita* para o Brasil em 41%, quando comparada à POF (inclusive os rendimentos não monetários e variação patrimonial).

Em seguida, buscou-se identificar quais fontes de rendimento contribuíram mais para a subestimação do total da renda. Chega-se a conclusão que a principal contribuição para o hiato de renda entre Pnad e POF são os rendimentos não monetários, explicando 44% do total do hiato, uma vez que estes não computados pela Pnad. O segundo fator são os rendimentos do trabalho, que contribuem para explicar 24% da diferença de renda. A razão da subestimação advém da não computação de rendimentos eventuais, como 13º salário e férias. Por último, as rendas provenientes de ativos financeiros, vendas eventuais de imóveis, contribuem com 19% para a diferença entre o rendimento estimado pela Pnad e POF.

Para entender o impacto líquido da subestimação de diferentes fontes de renda sobre a desigualdade foram elaboradas curvas de Lorenz e calculados os coeficientes de Gini, tanto para a Pnad quanto para a POF, para o Brasil e as cinco grandes regiões. Os resultados obtidos sugerem que a Pnad sobrestima ligeiramente a desigualdade para o Brasil. O índice de Gini obtido através da Pnad para o rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes é de 0.514, 0.2% superior ao obtido pela POF, 0.513.

Quanto às regiões, verificou-se que a Pnad subestima a desigualdade de renda para as regiões Norte em 2.4% e Sudeste em 0.8% em relação à POF. Por outro lado, a Pnad sobrestima a desigualdade para as regiões Centro-Oeste em 5.2%, Sul em 2.4% e Nordeste em 2.3%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTHONY, J. (1998). **The Interrelation of Stock and Options Market Trading** *Volume Data*. Journal of Finance, v. 43, n. 4, p. 949-964.
- BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. (1997). **O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para Discussão, 528).
- _____. (1997). **Investimento em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão nº 525).
- BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R.; NERI, M. (1995). **Duration of spells of poverty**. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, v. 1, p. 217-238.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000). **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, R. O. (Ed.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea.
- BARROS, R. P.; CURY, S.; ULYSSEA, G. A. (2007) **Desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando PNAD, POF e Contas Nacionais**. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (eds.) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, V. 1. Brasília: Ipea, p.237-273.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. (2006). **Uma Análise das Principais Causas da Queda Recente na Desigualdade de Renda Brasileira**. Econômica (Niterói), v. 8, p. 117-147.
- BARROS, R. P. (2009). **Markets, the State and the Dynamics of Inequality: Brazil case study**. In: LOPEZ-CALVA, L. F.; LUSTIG, N. (Org.). Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress? Washington: Brookings Institution.
- BRASIL. **Manual de Orientações sobre o Bolsa Família**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação-Geral de Política de Alimentação e Nutrição, 2009. Disponível em: <http://www.guiadedireitos.org/>
- CACCIAMALI, M. C.(1995). **Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade**. In: Diva Benevides Pinho; Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. (Org.). Manual de Economia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 01, p. 406-422.
- CACCIAMALI, M. C. (1995). **A crescente desigualdade de renda no Brasil**. In: Maria José Willumsen; Eduardo Gianetti da Fonseca. (Org.). A economia brasileira: estrutura e desempenho. 1 ed. Miami: North South Center University of Miami, v. , p. 225-247.
- _____. (2002). Mudanças estruturais recentes: uma comparação entre os países industrializados e aqueles em desenvolvimento. IN: Pinho, D. & Vasconcellos, M. A. S., Manual de Economia, São Paulo: Ed. Saraiva, p. 406:422.

CAMARGO, J. M. & F. GIAMBIAGI. (1991). **A distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, (Orgs.). (2000). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Cap. 8, 165-186

DEDECCA, C. (2004). **Brasil, o Novo Governo e o Desenvolvimento Social**. mimeo, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E.; CARVALHO, M.; **Mudanças na distribuição de renda individual e familiar no Brasil**. In: Congresso da Associação Latino Americana de População (Alap). Caxambu, 2004.

BARBIERET, C. V. (2004). **Mudanças na Distribuição de Renda individual e Familiar no Brasil**. I Congresso da Associação Latino Americana de População, Caxambu, Pg 12.

FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; LITCHFIELD, J. A.; ULYSSEA, G.(2006). **Ascensão e Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 149-171.

FISHLOW, A. (1972). **Brazilian Size Distribution of Income**. *American Economic Review*, v. 62, n. 2.

HENRIQUES, RICARDO (Org.). (2000). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA.

HOFFMANN, R. & DUARTE, J.C. (1972). “**A distribuição da Renda no Brasil**”. *Revista de Administração de Empresas*, 12(2): 46-66

HOFFMANN, R. (1998). **Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 275 p.

_____. (2000). **Mensuração da desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, R. O. (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.

HOFFMANN, Rodolfo. (2010). **Desigualdade da Renda e das Despesas *Per Capita* no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e Avaliação do Grau de Progressividade ou Regressividade de Parcelas da Renda Familiar**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 647-661, dez. 2010. Acedido em: 09 de Julho de 2012, em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/10.pdf>

HOFFMANN, Rodolfo ; NEY, Marlon Gomes. (2008). **A Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: Análise de Dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais**. *Econômica (Niterói)*, v. 10, p. 7-39.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008**. PNAD, v. 29, Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

_____. **Sistema de Contas Nacionais - Brasil**. Série Relatórios Metodológicos, vol. 24, 2ª edição. Rio de Janeiro: 2008b. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

_____. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil, 2004-2008**. Contas Nacionais, n. 31. Rio de Janeiro: 2010b. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

LANGONI, C. G.(1973) **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

MAIA, A. G. (2010). **A Contribuição das Fontes de Rendimento na Distribuição Espacial de Renda no Brasil**. Belo Horizonte: Nova Economia, v. 20, nº 3.

NETO, J. H.; KOZOVITS, L. R.; RAMOS, R. L. O.; PEREIRA, S. R. (2008). **Trabalho e rendimentos na nova série do Sistema de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: R. Econ. Contemp., v. 12, n. 3.

SABÓIA, J. (2000). **Política Salarial e Distribuição de Renda: 25 Anos de Desencontros**. In: CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, (Orgs.). **Distribuição de renda no Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra. Cap. 8, p. 165-186.

APÊNDICE

TABELA A1
Comparação da renda domiciliar per capita (R\$) e sua distribuição entre a Pnad e POF para as Grandes Regiões - 2009 (1)

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	POF	Pnad	POF	Pnad	POF	Pnad	POF	Pnad	POF	Pnad
Rendimento total	536	406	497	365	1066	717	984	729	894	726
Rendimento do trabalho	352	333	287	262	652	547	593	555	593	591
Empregado	228	226	200	175	474	384	392	357	432	389
Empregador	22	37	21	34	57	75	74	91	60	106
Conta própria	103	69	66	52	121	89	127	107	101	96
Transferência	64	56	100	85	195	149	166	146	139	108
Aposentadoria e pensão pública	54	48	87	77	160	137	142	134	120	96
Aposentadoria e pensão privada	1	5	2	4	10	9	5	10	5	10
Pensão alimentícia, mesada ou doação	6	3	8	3	17	3	12	3	10	3
Outras transferências	3	0	4	0	8	0	7	0	4	0
Rendimento de aluguel	6	5	6	4	20	12	17	17	15	15
Outras rendas e Variação Patrimonial	37	12	36	14	65	9	82	10	46	12
Rendimento não monetário	78		67		134		127		101	

Fonte: POF 2008-2009 e Pnad 2008.

Notas: 1. Médias obtidas com domicílios particulares permanentes, inclusive sem rendimento.

TABELA A2
Distribuição das famílias entre rurais e urbanas segundo a Pnad para as Grandes Regiões

Regiões	Famílias (1.000)		
	Total	Urbana	Rural
	Valor R\$		
Brasil	57 656	48 983	8 674
Norte	4 035	3 149	886
Nordeste	15 011	11 115	3 896
Sudeste	25 341	23 468	1 873
Sul	9 004	7 530	1 475
Centro-Oeste	4 264	3 721	544
	Distribuição (%)		
Brasil	100	85	15
Norte	100	78	22
Nordeste	100	74	26
Sudeste	100	93	7
Sul	100	84	16
Centro-Oeste	100	87	13

Fonte: IBGE, Pnad 2008.

GRÁFICO A1
 Comparação da RDPC (R\$) entre a Pnad e POF

RPDC POF/Pnad

